

Redes urbanas de mobilização digital

SALVATORE BARRETO BENVENUTO*

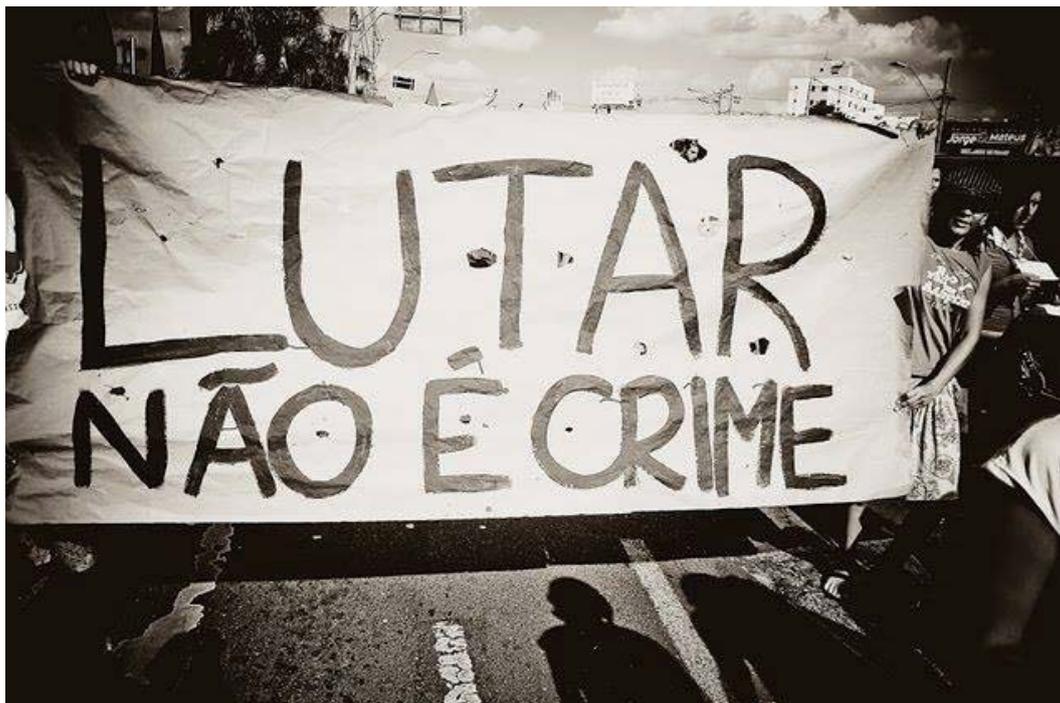
Resumo

O advento de uma rede mundial de computadores estabeleceu um novo trânsito na cidade. O fluxo da informação constituiu um amálgama com os processos de produção, pessoais e institucionais através de um "território" (ciberespaço) onde os mesmos podem se exercer no mesmo lugar ao mesmo tempo. A cidade apresenta assim uma contraparte virtual (FIRMINO 2005). Os reflexos da Era da informação (CASTELLS 2005) estão por toda parte, no tráfego, nas escolas, criando uma faceta digital do processo material. Mas, eventualmente, o inverso acontece. Os diversos movimentos políticos organizados pela via digital também estabelecem referenciais, pontos de encontro, vias para as suas marchas em seus paralelos materiais. Tais mecanismos de mobilização frequentemente utilizam certos lugares como marcos simbólicos capazes de dar significado às suas reivindicações. Estas redes de mobilização digital reclamam a ocupação do espaço representativo, rico em sentido, capaz de incorporar a organização virtual. Este artigo visa explorar a ocupação do espaço físico como reflexo das mobilizações através das redes sociais. Procura, dessa forma, debater a intensa relação entre espaço real e digital pela via política.

Palavras-chave: Internet; Ciberativismo; Espaço Público; Movimentos Sociais.



* SALVATORE BARRETO BENVENUTO é Mestre em Ciência Política pela UFRJ e Professor da Faculdade Duque de Caxias (RJ)



Introdução

Salientemos inicialmente que a palavra “página” vem do latim *pagus*, que significa o campo do camponês. Essa etimologia deve ser levada a sério, pois a escrita, como lembrei no começo deste artigo, coroou a revolução neolítica. A fixação dos signos é análoga à sedentarização dos homens. (...) A primeira página é de argila petrificada como o tijolo das casas e das muralhas, como os campos irrigados onde crescem a cevada, o trigo selvagem e o arroz. A página imita o território, com o seu proprietário, o autor, as suas fronteiras ou os seus limites — as margens. (...) A muito antiga página consona com a civilização agrária e territorial que hoje expira. Ela abriu um tempo literário e cumulativo, a história, que bifurca e diverge neste fim de milênio numa multiplicidade de linhas quebradas que se entremeiam e retornam sob a influência da mídia, do tempo real do ciberespaço e das

retroações fulgurantes da nova sociedade planetária. (LÉVY, 1998)

A cidade moderna representa uma inovação recente na trajetória humana. Historicamente há pouco tempo, ela se constituiu como reflexo da organização do esforço produtivo, “a um só e mesmo tempo 'destrutivamente criativo' e 'criativamente destrutivo’”, como cita David Harvey (2009) ao mencionar as implicações estéticas, econômicas e políticas da ação da modernidade sobre o espaço urbano.

O “desencadeamento das forças produtivas” privilegiou tal lugar, criando uma compressão das atividades e estabelecendo um ritmo acelerado à vida urbana. A cidade constitui uma condição privilegiada da organização do espaço, onde as relações de produção potencializam-se. Para Henri Lefebvre (2007), o espaço social é o lugar da reprodução das relações de produção e das relações sociais. Assim, tais relações provocam divisões no espaço,

demarcações simbólicas, fronteiras que organizam e distribuem tais relações.

Para tornar as coisas ainda mais complicadas, o espaço social também contém representações específicas desta dupla ou tripla interação entre as relações sociais de produção e reprodução. A representação simbólica serve para manter essas relações sociais em um estado de coexistência e de coesão. (LEFEBVRE, 2007: 32)

Há também uma densidade de símbolos que representam esta ocupação, estruturas que refletem a passagem dos eventos e as mudanças políticas pelo espaço. Ainda que concreta, a cidade é uma representação variável e também uma miragem eventual do novo. Nela, os reflexos das mudanças se espelham de maneira constante, destruindo e construindo, demarcando novos lugares atados a novas vivências.

As cidades, ao contrário dos povoados e pequenos municípios, são plásticas por natureza. Moldamo-las à nossa imagem: elas, por sua vez, nos moldam por meio da resistência que oferecem quando tentamos impor-lhes a nossa própria forma pessoal. (HARVEY, 2009:17)

Assim, a cidade pode ser profundamente representativa do poder estabelecido, exibir símbolos de dominação, marcos que espelhem implicitamente seu exercício. Nestes marcos é possível afligir tal poder retomando a posse do espaço simbólico. A ocupação destes espaços e as marchas pelos caminhos emblemáticos representam uma empreitada política.

Há muito tempo a cidade é o palco por excelência das revoluções e a tomada ou derrubada de seus monumentos são marcos das transições de poder. O espaço denso da vida urbana impõe um

andamento célere à vida e estabelece um ritmo às mudanças que se reflete nas mobilizações, nas disputas entre os diversos ocupantes deste território.

Entretanto, em um período ainda recente, o lugar recebe uma configuração inusitada, reformando a concepção do espaço de maneira única. No final do século XX, e ainda no contexto das grandes guerras que marcaram o mesmo, surgiu uma nova dimensão da ocupação, um "território" *sui generis*. Tal proposição, com o objetivo de descentralizar a comunicação, erigiu um lugar em trânsito, um ambiente estabelecido no intervalo da transmissão eletrônica de dados.

Como se sabe, a Internet originou-se de um esquema ousado, imaginado na década de 1960 pelos guerreiros tecnológicos da Agência de Projetos de Pesquisa Avançada do Departamento de Defesa dos Estados Unidos (a mítica DARPA) para impedir a tomada ou destruição do sistema norte-americano de comunicações pelos soviéticos, em caso de guerra nuclear. (...) O resultado foi uma arquitetura de rede que, como queriam seus inventores, não pode ser controlada a partir de nenhum centro e é composta por milhares de redes de computadores autônomos com inúmeras maneiras de conexão, contornando barreiras eletrônicas. (CASTELLS, 2005: 44)

Nesta nova circunstância, a relação necessária entre distância, produção e consumo refaz-se num ambiente livre das limitações físicas. Outras formas de interação, e portanto, das relações de produção, aparecem neste novo lugar. Surge adjacente a este fenômeno uma nova proposição das relações de poder.

Para Castells (2013), temos como resultado deste fenômeno um novo

espaço público, constituído entre as duas esferas: um espaço '*digital e urbano*'. A facilidade de acesso aos meios de *broadcasting* - a capacidade de difusão de informações - estabelece uma nova condição da sociedade civil, mais independente e autônoma.

A questão fundamental é que esse novo espaço público, o espaço em rede, situado entre os espaços digital e urbano, é um espaço de comunicação autônoma. A autonomia da comunicação é a essência dos movimentos sociais, ao permitir que o movimento se forme e possibilitar que ele se relacione com a sociedade em geral, para além do controle dos detentores do poder sobre o poder da comunicação. (CASTELLS, 2013: 16)

A falha na hegemonia dos meios de comunicação de massa permite um novo tipo de ativismo, o qual responde às agendas diversas da sociedade em suas prioridades e valores. Com a disseminação dos recursos de telemática, novas vozes surgem. Muitas entre estas vozes reivindicam independência ideológica e, com alguma frequência, rejeitam a coordenação partidária.

Percebe-se como uma das questões chave neste tema, o desalinho entre a sociedade civil e os partidos políticos em relação às suas agendas. Surge um impasse entre os que reivindicam a legítima condição de representantes públicos e os que contestam suas atuações éticas e posições ideológicas (não se sentem representados por estes).

Assim, é possível especular, associado à perda do controle da disseminação da informação, o fim da hegemonia dos meios de organização política pelo sistema representativo. Surgem novas proposições políticas, caminhos

alternativos à militância e mobilização. Estas seriam as "Redes de indignação e esperança".

A internet forneceu o espaço seguro em que as redes da indignação e da esperança se conectaram. As redes formadas no ciberespaço ampliaram seu alcance para o espaço urbano, e a comunidade revolucionária constituída nas praças públicas dessa vez resistiu com sucesso à repressão policial e se conectou por redes multimídia com o povo egípcio e com o mundo. A praça Tahir foi o interruptor que ligou as múltiplas redes de contrapoder a despeito de sua diversidade. (CASTELLS, 2013: 70)

Assim como no caso da Praça Tahir, os movimentos digitais se espraiam pelo espaço físico. Há uma retomada da cidade pela posse de determinados lugares, capazes de determinar a subversão de espaços implicitamente restritos. Espaços que tacitamente estabelecem fronteiras impostas através da violência simbólica.

Aqueles que praticam os chamados "*rolezinhos*" – convocações de encontros em massa pela via digital – transpassam essas fronteiras, transitando em lugares onde supostamente não deveriam estar. São desautorizados por uma série de constrangimentos à sua passagem, desde a falta de capacidade de consumo ao comportamento e vestimenta adequados e etc.

Convém apontar que as chamadas '*flash mobs*' – *multidões relâmpago*, reuniões performáticas convocadas pela internet – foram vistas como "uma forma de arte" porquanto praticadas por jovens de classe média. Já os "*rolezinhos*" são comparados aos "arrastões" e vistos como ameaça. São invasores de um território que lhes é negado cotidianamente, assaltantes dos limites

que lhes apartam da "parte boa" da cidade.

Dessa forma, embora nem sempre os limites que recortam a cidade sejam visíveis, há uma divisão vívida do espaço urbano. Esses limites só ficam claros à medida que são testados. Enquanto não existe conflito é como se tais barreiras não existissem, mas quando provocadas, estas fronteiras se tornam nítidas e estabelecem prontamente sanções ao seu transpasse. São, portanto, pontos estratégicos para qualquer contestação ao poder estabelecido.

Castells (2013) observa muitos pontos em comum nos diversos movimentos organizados pela via digital. Dois deles são aqui destacados: a rejeição peremptória às lideranças instituídas e a ocupação de espaços politicamente estratégicos. Tais espaços formam pontos de conexão entre diversas mídias e a própria sociedade que os reconhece como simbólicos.

A conexão entre a mídia social e a internet, as redes sociais das pessoas e a mídia tradicional tornou-se possível pela existência de um território ocupado que ancorava o novo espaço público na interação dinâmica entre ciberespaço e espaço urbano (...). A revolução da internet não nega o caráter territorial das revoluções ao longo da história. Em vez disso, ela o estende do espaço dos lugares para o espaço dos fluxos. (CASTELLS, 2013: 52)

O espaço físico se torna estratégico como meio de direcionar as atenções que possivelmente se dispersariam na miríade de informações e eventos. O lugar familiar, politicamente importante, palco para o discurso é ocupado como território fundamental. Ele reverbera como notícia e produz um

feedback para o espaço virtual realimentando a mobilização.

A rede mundial de computadores estabeleceu um novo espaço de discussão que, pelas suas características únicas, cria um mecanismo de debate sem o púlpito e sem os mecanismos que criam privilégios à voz. Uma forma de organização horizontal (não hierárquica), em rede, sem líderes estabelecidos, eventual e independente.

O novo ativista não precisa de um comprometimento maior ou a dedicação de grande quantidade de tempo pela sua causa. Ele pode militar simultaneamente enquanto trabalha, paga suas contas e conversa com seus amigos. Ele pode suportar várias causas e debater sem os limites de horário ou deslocamento. A capacidade de realizar diversas atividades ao mesmo tempo reestabelece o valor do ativismo, eliminando a necessidade de definir prioridades e, assim, baixado o custo do engajamento.

Esse recente cálculo do custo da distância está no cerne da nova mobilização, a qual não precisa necessariamente mover-se pelo espaço para atuar. David Harvey (2009) discute uma nova *compressão da relação espaço-tempo* em função das recentes tecnologias da informação. Tal compressão é um elemento crucial da "multiplicação de atividades" que torna possível um novo tipo de participação política.

Espaço-tempo

A história dos conceitos de tempo, espaço e tempo-espaço na física tem sido marcada, na verdade, por fortes rupturas e reconsiderações epistemológicas. A conclusão a que deveríamos chegar é simplesmente de que nem o tempo nem o espaço podem ter atribuídos significados

objetivos sem se levar em conta os processos materiais. (HARVEY, 2009: 189)

A WWW – *World Wide Web* (Rede Mundial de Computadores) subverteu as relações convencionais entre espaço e tempo, criando uma esfera singular do convívio. Nesta esfera, as limitações físicas que condicionam as relações humanas, bem como a fluência das mesmas através dos diversos territórios, se desdobram em novas tipologias.

Tal recurso permite um ambiente onde as mais diversas relações profissionais, institucionais, sociais e íntimas podem se desempenhar no mesmo lugar e ao mesmo tempo. Temos como implicação um ganho em velocidade, mas simultaneamente uma mudança na dinâmica destas relações. Um desdobramento do espaço, o qual inflige reflexos no ambiente exterior à internet.

O tempo no qual o espaço é percorrido regula a dinâmica das relações pessoais e do trabalho na sociedade. Seu percurso orienta a organização da cidade e as modificações necessárias ao impulso da produção. Tais esferas – tempo e espaço – se influem mutuamente, demarcando novas estruturas físicas, relações humanas e a narrativa histórica.

Portanto, um mecanismo capaz de subverter o percurso tradicional do tempo sobre o espaço deve ter consequências profundas.

Seja como for, a questão principal é que a comparação de Cohen capta sem erro o divisor de águas na história moderna do tempo e alude ao impacto que essa mudança começa a ter na condição da existência humana. A mudança em questão é a nova irrelevância do espaço, disfarçada de aniquilação do tempo. No universo de software da viagem à velocidade da luz, o

espaço pode ser atravessado, literalmente, em "tempo nenhum"; cancela-se a diferença entre "longe" e "aqui". O espaço não impõe mais limites à ação e seus efeitos, e conta pouco, ou nem conta. (BAUMAN, 2001: 136)

Pierre Lévy fala de um "espaço elástico", uma distorção calcada nas tecnologias de comunicação e logística. O espaço se torna relativamente menor, a medida da velocidade de seu percurso. Quando podemos cruzar o mundo num meio de transporte aéreo, muda a experiência em relação à narrativa sobre o lugar/território.

As grandes expedições que definiram o nosso conhecimento sobre o homem e a natureza – como a viagem do Beagle de Darwin – se transfiguram em pontos turísticos, informações em enciclopédias e dados para o "big data". A forma de narrar a "aventura humana" se desmitifica, esfria, encolhe a noção de espaço.

Cada dispositivo de transporte e de comunicação modifica o espaço prático, isto é, as proximidades efetivas. Nessa perspectiva, podemos dizer que, medida à velocidade, ao custo e à dificuldade dos transportes e das comunicações da época, uma nação do século XIX era mais extensa que o planeta inteiro hoje. (LÉVY, 1998: 40)

Experimentamos uma nova compressão do tempo, não mais uma compressão causada pela *aceleração* dos meios de transporte, mas uma de natureza *singular*. Um trânsito com um custo imensamente menor e com eficiência instantânea. A constrição do tempo a uma escala tão ínfima tem um efeito imediato sobre o percorrer do espaço e, simultaneamente, sobre a organização do trabalho e da vida em torno da metrópole.

A velocidade impressa pelos novos meios de produção impõe um ritmo célere que estabelece um percorrer demasiado rápido do ambiente. Os detalhes, as mudanças e as formas da contemplação se transfiguram em informação. Há uma racionalização que imita a produção, uma perspectiva calcada em dados que compõe informações capazes de alimentar o "big data".

Embora a simultaneidade nas dimensões mutantes do tempo e do espaço não seja prova de conexão necessária ou causal, podem-se aduzir bases a priori em favor da proposição de que há algum tipo de relação necessária entre a ascensão de formas culturais pós-modernas, a emergência de modos mais flexíveis de acumulação do capital e um novo ciclo de "compressão do tempo-espaço" na organização do capitalismo. (HARVEY, 2009: 7)

Dessa forma, tanto a viagem pelo meio digital quanto pelo meio material compõem imagens e perspectivas de uma representação da produção. Dado, informação e conhecimento convergem para reprodução de mais dado, informação e conhecimento. Para Castells (2005: 54) esta é a característica do modo informacional de produção, conhecimento incidindo sobre o processo produtivo para gerar mais conhecimento e inovação, gerando um "circulo virtuoso".

A nova condição do espaço dá um outro valor ao tempo. Onde as diversas atividades de um indivíduo não permitiam o tempo do debate e da militância, os meios digitais fornecem a possibilidade de executar várias tarefas simultaneamente. Dessa forma, dentre os diversos "lugares" no espaço infinito da *web*, é possível organizar e debater,

para reunir-se no local e hora marcada no mundo material.

Em sua condição singular, a *persona* digital é capaz de cumprir diversos papéis sem o custo do deslocamento. Isso implica em muito mais que a simples comunicação pela via digital. Diferente de outros recursos que permitam a interlocução, a internet admite uma experiência híbrida entre espaços de convivência, na qual o indivíduo experimenta diversos ambientes sociais simultaneamente.

Dessa forma, há "tempo" para a militância. A capacidade de exercer diversas atividades simultaneamente multiplica o tempo à escala da habilidade de cada indivíduo para gerenciar a informação. Ele pode conhecer, aderir e divulgar uma causa em ato contínuo. O impacto desse recurso reflete-se na possibilidade de conciliar muitas e diversas atividades. O militante não precisa, necessariamente, escolher uma atuação em detrimento da outra ou "profissionalizar-se".

Cria-se uma importante independência em relação aos mecanismos políticos tradicionais. Se antes os meios políticos eram restritos - como locais de reunião, carros de som, materiais de divulgação e etc. (todos com custo relativamente alto) - agora são profundamente disseminados. Esse evento cria canais políticos alternativos como consequência e maneiras de expressão que fogem ao aparato do Estado.

Como se trata de um espaço não territorial, a superfície não é aí um recurso raro. Os que ocupam muito espaço na Internet nada tiram dos outros. Sempre há mais lugar. Haverá espaço para todo o mundo, todas as culturas, todas as singularidades, ilimitadamente. Neste final de século, constitui-se uma Terra semiótica sem império

possível, aberta a todos os ventos do sentido, geografia movediça, próxima dos paradoxos, que envolve e doravante governa os territórios neolíticos. (LÉVY, 1998: 48)

Surge assim um novo espaço com características únicas. Um ambiente capaz de promover reuniões, conectar afinidades e disseminar a informação simultaneamente. Tais características pressionam por novas formas políticas que permitam uma participação mais direta. Dessa forma, a internet não se classificaria como um meio de comunicação, mas uma nova dimensão da convivência: *o ciberespaço*.

Ciberespaço

"Ciberespaço". Uma alucinação consensual experimentada diariamente por bilhões de operadores legítimos, em todas as nações, por crianças aprendendo conceitos matemáticos... Uma representação gráfica de dados extraídos de cada computador no sistema humano. (GIBSON, 2000:51)

Em sua obra *Não-lugares: Uma Introdução a uma Antropologia da Supermodernidade*, Marc Augé (1992) descreve um determinado intervalo na transposição do espaço. No prólogo, Pierre Dupont faz seu ritual de embarque sentindo-se livre apenas quando alcança o espaço "entre lugares", no qual consiste o aeroporto. Um ambiente onde as regras tradicionais de convivência não se aplicam.

A Era da informação é pródiga em *não-lugares*, espaços de transição, ambientes onde se está momentaneamente filiado a regras próprias de comportamento. Bauman (2001) descreve os shopping centers como *não-lugares*, regiões onde os olhares se evitam, onde se

desumaniza o espaço público. Em seu texto, ele argumenta que, na condição de normalidade, as pessoas *desaparecem* neste lugar para tão somente *existirem* quando há necessidade de contato.

Em outro texto, o autor comenta uma determinada subversão da privacidade na *Modernidade Líquida*, usando como exemplo o programa televisivo *The Oprah Winfrey Show*. Bauman (2000) argumenta que determinados *espaços*, como o programa citado, permitem uma superexposição da vida pessoal, um avesso da intimidade só possível na suspensão momentânea das regras sociais estabelecidas e tabus.

Na modernidade líquida, há lugares onde as regras de convivência habituais não se aplicam. Permite-se que, como por exemplo, no afamado televisivo 'Big Brother', os espectadores assistam cenas íntimas que em outras circunstâncias seriam motivo escândalo, repreensões e/ou sanções. Há um novo tipo de distanciamento, o qual nos permite estar simultaneamente perto e longe. Tal distância provoca um novo tipo de impessoalidade que beira a inexistência.

O espaço infinito e temporalidade ínfima da internet permitem que uma indiferença profunda conviva com o choque, dependendo da associação entre a mensagem e o receptor da mesma. Os valores não são compartilhados de maneira direta e simples. Como no fenômeno do *desencaixe*, proposto por Giddens (2001), a identidade se estabelece independente da distância.

O termo Ciberespaço foi cunhado pelo romancista de ficção científica William Gibson no livro *Neuromancer*, ainda no ano de 1984, num mundo que mal conhecia a internet. O autor descreve o ciberespaço como: *uma alucinação*

consensual (...) uma representação gráfica derivada do conjunto dos bancos de dados humano (GIBSON 2000). Gibson capta de antemão a natureza volátil, eventual e caótica da internet.

Neste sentido, o chamado *ciberespaço* constitui um exemplo de *não-lugar*, um espaço de permanente passagem sujeito a regras particulares de comportamento. Este seria então uma *zona de transição*, um "lugar entre lugares". Como tal, poderia ser considerado uma região intermediária, como são os aeroportos, único lugar possível à condição peculiar celebrizada no filme "Aeroporto". Nele, o personagem de Tom Hanks se vê sem cidadania e sem possibilidade de validar sua existência institucional, ficando obrigado a viver em "trânsito".

Tais lugares estabelecem pontos de transição, divisões entre o percurso do espaço. Segundo Lefebvre (2007) estas divisões refletem a divisão social, uma compartimentação do espaço produtivo. Assim, a divisão entre o "real" e o virtual" não estabelece uma condição inusitada, mas familiar da divisão das atividades em "ambientes especializados". O lugar conforma e é conformado no processo o qual exerce.

Que termo deveria ser utilizado para descrever a divisão que mantém os diversos tipos de espaço distantes uns dos outros, de modo que o espaço físico, espaço mental e espaço social não se sobreponham? Distorção? Disjunção? Cisma? Quebra? Na verdade, o termo usado é muito menos importante do que a distância que separa o espaço "ideal", que tem a ver com as categorias mentais (lógico-matemático), a partir do espaço "real", que é o espaço da prática social. Na realidade cada um desses dois tipos de espaço envolve,

sustenta e pressupõe o outro. (LEFEBVRE 2007: 14)

Assim, pode-se considerar uma multiplicidade de existências, (social, institucional, profissional, política) cada uma com características próprias. No caso da existência virtual, a mobilidade e a simultaneidade são seus atributos. O contato com redes diversas permite uma manutenção sem precedentes de uma diversidade de relações interpessoais.

Neste ambiente o alcance da opinião de um indivíduo é muito maior. O termo em questão aqui é "viralizar" – quando um conteúdo que é imensamente redistribuído. Sob tal condição um indivíduo pode ter sua publicação replicada aos milhões, alcançando uma publicidade inesperada. Politicamente, significa alcançar milhões de pessoas da própria sala de casa, sensibiliza-las, comovê-las a uma determinada causa. A capacidade de angariar apoio e obter *feedback* instantâneo é gigantesca.

Tal possibilidade desbanca os grandes formadores de opinião. A informação recebe diferentes pontos de vista, permitindo outros juízos sobre o mesmo tema. O poder representado pela hegemonia do tratamento da notícia sofre um forte golpe quando imagens que possam contrariar um determinado noticiário obrigam a retratação. E este meio está acessível a um número extenso de pessoas, que competem diariamente com a mídia estabelecida pela distribuição da informação.

Notas finais

Os movimentos que eclodiram nos últimos anos, tão bem abordados por Castells em seu livro *Redes de Indignação e Esperança*, deflagraram uma nova janela da atuação política. A forma com a qual a ocupação do espaço simbólico é reprimida deixa clara a ameaça que os mesmos representam. O

espaço da cidade é simbolicamente entrecortado em níveis de acesso, os quais permitem ou não a determinados indivíduos percorrê-lo livremente.

O transpasse – como percebemos no caso dos "rolezinhos" – causa sansão imediata e comoção da ordem. A periferia não deve vir ao centro, a não ser na condição do trabalho subalterno. Os descontentes não devem manifestar-se na evidência das praças públicas, sob pena de repressão policial. A questão preocupante é o caráter da reação às manifestações. A forma como são criminalizadas e lidas como subversivas da ordem.

Verdadeiramente, num mundo em que canais alternativos da organização política florescessem, haveria uma nova ordem sem o controle do Estado. Um surgimento da 'vontade de todos', de forma direta, sem o viés dos que procuram interpretá-la. Toda uma fauna que ocupou diversos escalões de intermédio do poder estaria então dispensada.

Assim, a questão da supressão dos atravessadores do poder, permitida pelos recentes mecanismos tecnológicos, é crucial. São estes atravessadores que sustentam as grandes desigualdades estabelecendo, não barreiras e muros, mas pântano e areia-movediça burocrática. Criando os meios que dificultem a circulação socioeconômica conseguem reverter à ideia do fracasso a sua origem, àqueles que não "tentaram o bastante".

Há, portanto, uma grave preocupação destes intermediários neste sentido. A reação do Estado, à medida que percebe o potencial da rede, é expressiva. O documento intitulado *International Strategy for Cyberspace* (USA 2011), por exemplo, sinaliza claramente como o governo norte-americano deve

garantir a liberdade no espaço virtual, o que significa na prática que pretende intervir quando achar necessário.

O mundo digital não é mais uma fronteira sem lei, nem a província de uma elite restrita. É um lugar onde normas de conduta responsável, justa e pacífica entre Estados e povos começaram a se estabelecer. (USA. *International strategy for cyberspace* 2011)

No Brasil vivemos o momento crucial do 'Marco civil da internet', o qual "Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil" (PROJETO DE LEI Nº 2.126 de 2011). O país tem o pioneirismo na regulamentação da internet e uma chance histórica de fortalecer os princípios democráticos estabelecidos na constituição de 1988. Há três pontos polêmicos no projeto segundo a imprensa especializada:

1. *A neutralidade da rede.* Se aprovada garantirá a isonomia do acesso, ou seja, impedirá que os conteúdos sejam discriminados de acordo com o valor do plano contratado pelo cliente. É provavelmente a questão mais sensível porque limitaria o acesso à informação de acordo com a capacidade econômica do usuário do serviço.

2. *Guarda de logs.* Regulamenta o tratamento dos registros de tráfego de cada usuário. Na prática, legisla sobre a privacidade no acesso à internet, e como serão armazenados os dados relativos à navegação digital de todos.

3. *Retirada de conteúdo.* Sobre quem decide se um conteúdo é impróprio ou não e sobre a

responsabilidade sobre a retirada do mesmo do ambiente virtual. Determina como funcionaria o princípio do contraditório, ou seja, a ampla defesa no caso do conteúdo ser considerado ofensivo ou discriminador.

Se aprovado o texto original, temos o Brasil como primeiro país a estabelecer princípios reguladores que garantam a livre manifestação de ideias e a privacidade dos cidadãos no seu uso da internet. Do contrário, de acordo como a forma final do texto, é possível a interferência direta na maneira como usamos a rede. As possibilidades de organização política pelo meio digital talvez estejam ameaçadas por um monitoramento e identificação dos "subversivos". A livre expressão da opinião poderá ser julgada por aqueles a quem a mesma não interessa.

Não é possível prever como os protestos que tem como forma essencial de organização a internet serão afetados, mas se houver um meio de censurá-los, é possível que a perspectiva efetiva de pressão por mudanças venha a receber um duro golpe. Sem susto, podemos perder a oportunidade única de subverter a máquina política que o Estado se tornou e fazê-la trabalhar para aqueles aos quais deve sua existência e propósito.

Referencias

AUGÉ, Marc. **Non-Places: Introduction to an Anthropology of Supermodernity**. [Translated by John Howe]. New York: Verso Ed., 1992.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

_____. **Em Busca da Política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

BRASIL. Poder Legislativo. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n. 2.126 de 24 de agosto de 2011**. "Marco Civil da Internet".

CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**. Vol. 1 - A Sociedade em Rede. São Paulo: Paz e Terra, 8 ed., 2005.

_____. **Redes de Indignação e Esperança: Movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTELLS, M. e BORJA, J. **As Cidades como Atores Políticos**. *Novos Estudos* n° 45, pp. 152-166, 1996. Disponível: <http://www.acsmce.com.br/wp-content/uploads/2012/10/AS-CIDADES-COMO-ATORES-POLÍTICOS.pdf>. Acesso realizado em 04/03/2014

FIRMINO, Rodrigo J. **A simbiose do espaço: cidades virtuais, arquitetura recombinante e a atualização do espaço urbano**. In: LEMOS, André. (Org.) *Cibercidade II: a cidade na sociedade da informação*. Rio de Janeiro: E-papers, 2005 (pp. 307-335).

GIBSON, William. **Neuromancer**. New York: Penguin books, 2000.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

LEFEBVRE, Henri. **The production of space** [Production de l'espace - 1905; translated by Donald Nicholson-Smith]. Oxford: Blackwell Publishing, 2007.

LÉVY, Pierre. **A Revolução contemporânea em matéria de comunicação**. *Revista FAMECOS*, n° 9, Porto Alegre: 1998. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/download/3009/2287>. Acesso realizado em 10/03/2014

USA. **International Strategy for Cyberspace**, 2011. Disponível em: http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/rss_viewer/international_strategy_for_cyberspace.pdf Acesso realizado em 20/02/2014.

Recebido em 2014-03-22
Publicado em 2014-04-13